

Duas Visões do Comportamento Camponês

RICARDO ABRAMOVAY^(*)

Resumo

Teoria da escolha racional ou sociologia da ética camponesa? Ao final da guerra do Vietnã, inúmeros pesquisadores procuram compreender a natureza social dos movimentos revolucionários no Sudeste Asiático. O presente artigo resume e avalia o alcance e os limites tanto do individualismo metodológico como das explicações que se apóiam nas determinações coletivas da conduta, como modelos opostos e alternativos para a compreensão do comportamento camponês. A discussão gira em torno não só do caso Sudeste Asiático ou da questão camponesa, mas, sobretudo, da própria crise de paradigmas nas ciências sociais.

Palavras-chave: campesinato, individualismo metodológico, economia moral, antropologia econômica, normas sociais, ação coletiva, crise de paradigmas, hermenêutica.

Abstract

Rational choice theory or the sociology of peasant's ethic?

By the end of the Vietnam War, several researchers tried to understand the social nature of the revolutionary movements in Southeast Asia. This paper is both a synthesis and an assessment of the scope and limits of methodological individualism and explanations based on collective determinations of conduct as polar models to understand the peasant's behaviour. The discussion involves not only the case of Southeast Asia or the peasant question, but also of the current paradigm crisis in the social sciences.

Key words: methodological individualism, moral economy, economic anthropology, social conduct, collective action, crisis of paradigms, hermeneutics.

O autor é professor da FEA-USP

(*) Trabalho apresentado como conclusão do Seminário de Teoria e Metodologia I, sob a coordenação do Prof. Dr. Juarez Brandão Lopes, no quadro do Doutorado de Ciências Sociais da UNICAMP.

Introdução

A segunda metade da década de 1970 trouxe à luz, nos Estados Unidos, inúmeros estudos sobre a sociedade vietnamita. De fato, a assinatura dos acordos de Paris, em 1974, pondo fim à guerra e marcando a derrota da maior potência do mundo contra uma nação camponesa em que pese a ajuda da União Soviética, não poderia deixar de provocar reflexão. Tanto mais que, do outro lado do globo, na América Central, outras nações camponesas apareciam como ameaça ao poderio norte-americano.

Para nós, o interesse destes estudos ⁽¹⁾ não está tanto na análise da estrutura agrária do Sudeste Asiático, mas no fato de que em função mesmo da importância do tema na sociedade americana, as mais diferentes correntes de pensamento sobre ele se debruçaram ⁽²⁾. Um dos aspectos mais discutidos na vasta literatura sobre o assunto refere-se à própria natureza social e econômica da maior parte da população do Sudeste Asiático: que se trata de **camponeses** ninguém põe em dúvida. No uso desta expressão, entretanto, ao invés de aparecer a unanimidade dos pesquisadores, é que emerge sua divisão. O que são camponeses, quais os instrumentos teóricos necessários para a compreensão de sua conduta? Pode-se encará-los como agentes maximizadores de utilidade e analisá-los a partir dos parâmetros fundamentais oferecidos pela economia neoclássica e, de maneira geral, pelo pensamento utilitarista? Ou, ao contrário, o ambiente social em que vivem exige que seu comportamento econômico seja estudado com base em métodos e pressupostos analíticos totalmente distintos daqueles com os quais são examinadas as sociedades capitalistas?

Trata-se de um debate que extrapola o campo estrito da sociologia e atinge em cheio todas as ciências sociais, quando se voltam à questão elementar das determinações gerais da conduta humana em sociedade. É nesse sentido que se procurará expor aqui o pensamento de dois autores verdadeiramente paradigmáticos no que se refere ao estudo dos motivos subjacentes ao comportamento social: de um lado, Scott(1976) representante daquilo que poderíamos chamar de sociologia da ética camponesa, ou da economia moral do camponês, que estuda a dissolução do sistema cultural solidário em que se apóia a aldeia (*village*) tradicional, sob o impacto disruptivo do desenvolvimento capitalista. De outro, Popkin (1980) que, com base no individualismo metodológico, vê os camponeses movidos por *self interest*, contestando, então, a existência de normas sociais dirigentes de sua

(1) Além dos dois sobre os quais trabalharemos aqui mais de perto, CUMMINGS (1981) cita os de PAIGE (1975), SKOCPOL (1979) e PERRY (1980).

(2) Ver, neste sentido, o interessante artigo de SHANIN (1980).

conduta e oferecendo visão menos trágica sobre os resultados do avanço capitalista.

Após a exposição dos pontos de vista de Scott e Popkin (itens 1 e 2) será exposto rapidamente (no item 3) um exemplo de interpretação antropológica sobre a ação social, particularmente sobre as determinações coletivas do comportamento econômico do campesinato. No item 4 é feito um balanço da discussão que, embora concentrada em autores de formação sociológica, apresenta interesse para as ciências sociais como um todo e particularmente para a economia, à medida que lida com visões alternativas da maneira como se forma a própria ação social.

1- Economia Moral

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura tem por principal efeito a desagregação dos valores e normas de relações sociais tradicionais sobre as quais se apóia a existência das sociedades camponesas. Em determinadas circunstâncias esta ruptura é responsável pelo surgimento de movimentos revolucionários.

Independentemente do julgamento que se tenha sobre esta tese, é inegável que ela produziu um sem-número de estudos sobre as sociedades agrárias contemporâneas. Na literatura internacional, o livro de Wolf (1969) é certamente o mais importante e influente. No Brasil, os estudos de Cândido (1977) e Monteiro (1974) estão entre os mais notáveis de muitos trabalhos que examinam as mudanças de "sistema cultural" (WOLF, 1969, p. 277) trazidas pelo desenvolvimento capitalista. Não que as teses básicas do livro de Scott estejam presentes em cada um destes estudos. Mas a preocupação com a ética e um modo de vida camponês, violentado por um sistema de valores que lhe é imposto de fora, é bastante recorrente na literatura brasileira e, neste sentido, vale à pena debruçar-se sobre o livro de Scott: como um exemplo da sociologia da ética camponesa.

O exame de rebeliões no Sudeste Asiático (Burma e Conchinchina), na década de 1930, revela a Scott uma ordem moral que rege a existência das sociedades camponesas. Explorando pequenas extensões de terra, a partir de técnicas tradicionais, submetidos a intempéries naturais de toda a espécie, pressionados pela necessidade de pagamento de renda a uma classe senhorial tradicional e premidos pela fome, os camponeses do Sudeste Asiático viviam, no início do século XX, num mundo evidentemente desigual, mas paradoxalmente solidário. Com efeito, o *village* oferece um sistema de relações sociais que responde positivamente à preocupação camponesa com um nível mínimo de segurança material. Essa preocupação tem por base a miséria absoluta na qual vivem os camponeses, que podem ser comparados a

um "homem em pé, com o corpo mergulhado até o pescoço na água, cuja menor ondulação provocará seu afogamento" (TAWNEY, 1966, p. 21). Neste contexto, o camponês do Sudeste Asiático, da mesma forma que seus "semelhantes (counterparts) no século XIX na França, Rússia ou Itália" (SCOTT, 1976, p. 2) busca, antes de tudo, a segurança que, dada sua própria miséria, ele não encontra senão numa certa estabilidade de sua sujeição. O *village* garante um sistema de segurança local (*local insurance*), que tem na **ética da subsistência** seu princípio básico. O mundo camponês tradicional não é igualitário, longe disso, mas ele põe em ação mecanismos redistributivos que se fundamentam num conjunto de normas, entre as quais se encontra a de que, em momentos de catástrofe, os mais ricos protegem os mais pobres ⁽³⁾. "Estas elites deveriam, idealmente, assumir um papel protetor nos padrões distributivos do *village*" (*idem*, p. 41). Neste sentido, "é no interior do *village* - nos padrões de controle social e reciprocidade que estruturam a conduta diária, que a ética da subsistência encontra expressão social" (*idem*, p. 40)

Em função disso, "os 'landlords' são aceitos na medida em que atuem como patrões, na medida em que usem seu excedente para oferecer segurança em momentos de crise a seus clientes". Existem, assim, dois princípios morais que regem a vida do *village*: a norma da reciprocidade e o direito à subsistência. É a partir da ética da subsistência, que tem por base a miséria e a dependência do camponês com relação ao proprietário, que se explica a lógica econômica do agricultor. E o essencial é que seu comportamento é de "aversão a riscos": "vivendo próximo à subsistência e sujeito às oscilações do tempo e às pressões exteriores, não há espaço na família camponesa para o cálculo da maximização do lucro da economia neoclássica. Tipicamente, o lavrador procura evitar o malogro que vai arruiná-lo, mais do que tentar um grande, mas arriscado resultado. O camponês, portanto, procura assegurar uma renda mínima, ao invés de buscar ganhos expondo-se a riscos e esta preocupação com segurança explica seu comportamento agrônomo na escolha de sementes, no plantio em faixas diferenciadas de terra, na intensificação no uso do trabalho familiar e, em geral, na aversão a políticas de modernização" (*idem*, p. 20). Uma nova

(3) Esse caráter solidário, embora não igualitário do mundo camponês tradicional, é encontrado também na literatura brasileira, mesmo em regiões que não apresentam características de *village*. Em minha dissertação de mestrado observei que no Sudoeste Paranaense os comerciantes não só financiavam a produção camponesa, mas socorriam a família em momentos de catástrofes naturais (ABRAMOVAY, 1981). No mesmo sentido, CÂNDIDO (1977) e QUEIROZ (1973), insistem na ausência de mecanismos de diferenciação social nos bairros rurais paulistas tradicionais.

cultura, por exemplo, só será adotada se não representar risco ⁽⁴⁾ para as culturas que garantem a subsistência familiar. A partir destas observações, Scott chega mesmo a teorizar: "*o problema para o campesinato durante a transformação capitalista do Terceiro Mundo, encarado por esta perspectiva, é o de conseguir uma renda mínima*" (*idem*, p. 9).

É neste sentido que o camponês julga um sistema de trabalho ou, para usarmos a linguagem que será, como veremos, a do individualismo metodológico, escolhe suas preferências: "*esta instituição [o contrato de trabalho] vai assegurar meus direitos sociais mínimos?*" (*idem*, p. 44).

A consequência deste sistema solidário é que ele tende a bloquear o crescimento da diferenciação em seu interior. O "*igualitarismo do village é, neste sentido, conservador, não radical; ele prega que todos devem ter um lugar, uma moradia, não que todos devem ser iguais*" (*idem*, p. 40).

Para finalizar esta rápida exposição das idéias de Scott, é importante uma observação de caráter metodológico. Scott pretende insurgir-se, em seu livro, contra uma teoria objetiva da exploração, que apresenta como falsa consciência a aceitação, por parte dos indivíduos, de sua situação de explorados. Isso de nada adianta se o cientista social não trabalhar sobre a percepção que os explorados têm de sua situação. Scott acredita numa teoria da exploração que procure resgatar dos atores sociais sobre os quais trabalha "*seu sentido de exploração, sua noção de justiça, seu ódio - ela [a teoria] deve começar não com um padrão normativo abstrato, mas com os valores dos atores reais. Tal abordagem deve iniciar-se fenomenologicamente, desde o princípio, e perguntar qual a definição que têm os camponeses ou os trabalhadores da situação*" (*idem*, p. 160). E a economia moral, com sua ética da subsistência, pretende justamente resgatar os sentimentos dos indivíduos numa situação dada por acreditar que esta é a base da ação. Não só ela explica a estabilidade do *village* tradicional, a opção que os camponeses fazem de sujeitar-se a normas de relação social que garantem sua subsistência, mas pretende permitir a compreensão das revoltas sobre a base da desagregação dos valores anteriormente partilhados pela comunidade. Não cabe ao observador decidir em que circunstâncias o camponês é mais explorado. Ele deve, isto sim, estudar os sentimentos dos camponeses em cada situação e aí encontrar o conjunto de normas estruturadas socialmente que explicam e determinam o comportamento.

Em suma, para Scott, a ação coletiva do campesinato, a aceitação voluntária de sua própria dependência, assim como a revolta contra a corrosão

(4) Para uma exposição e uma formalização da idéia de aversão a riscos como determinante do comportamento econômico, os trabalhos de Lipton - que escreveu diretamente contra a teoria da modernização de Theodore Schultz - são muito importantes. Ver, em particular, LIPTON, (1968).

desta ordem desigual, mas solidária, fundamentam-se num código ético, cuja base material é a miséria e cujo resultado é a garantia da subsistência. É o estudo da moral camponesa que torna transparente um comportamento, à primeira vista, paradoxal.

2- O Individualismo Metodológico

2.1- Breve Exposição

Como assinalou Tilly (1978), é nítida a filiação durkheimiana da economia moral. Com efeito, é coletivamente, a partir de normas socialmente estabelecidas, que se explica o comportamento dos indivíduos. A ética da subsistência só pode ser compreendida no quadro global dos valores contraditoriamente partilhados por classes opostas. Embora seja importante conhecer a base material destes valores, o essencial do trabalho científico consiste em detectar os códigos sociais que determinam a ação individual. Neste sentido, trata-se de um método que assume o "*primado de entidades supra individuais sobre os indivíduos na ordem explicativa*" (ELSTER, 1986, p. 6).

É exatamente contra esta postura que se insurge o individualismo metodológico - ou doutrina da escolha racional. Seu princípio básico é de que somente em termos individuais podem ser explicados o comportamento social e a ação coletiva ⁽⁵⁾ Herdeira da psicologia empirista e do utilitarismo inglês, esta corrente de pensamento procura transformar o indivíduo na força motriz de estruturação do sistema econômico, social e político. Não que inexistam códigos sociais coletivamente partilhados, mas o conhecimento destes códigos pouco ajuda a explicar o funcionamento da sociedade. Ao contrário, "*... todos os fenômenos sociais sua estrutura e sua mudança são em princípio explicáveis por caminhos que envolvem indivíduos suas propriedades, suas metas, suas crenças e suas ações*" (ELSTER, 1986, p. 5). Sejam quais forem as normas sociais, o objetivo do trabalho científico é explicar, por meio de leis, os mecanismos através dos quais os indivíduos maximizam seus interesses em suas relações com os outros. Neste sentido, a ação é racional, ou seja, "*dadas as crenças dos agentes, a ação é o melhor caminho para ele realizar seus planos e desejos*" (*idem*, 1986, p. 9). Ao argumento de que regras, normas ou tradições podem operar, além da escolha racional, o individualismo metodológico responde que "*as tradições operam influenciando as preferências, mas não as substituindo*" (*idem*, p. 10). Por aí chega-se à distinção entre a explicação funcional, inconsistente logicamente por seu teleologismo e a explicação intencional, cujo centro está

(5) Tornou-se um verdadeiro clássico neste sentido, o livro de OLSOM JÚNIOR (1971).

na "especificação da meta - o estado futuro de coisas em busca do qual a ação é empreendida" (*idem* p. 8). Ao trabalho científico não cabe analisar a formação das preferências - o que geralmente será feito em termos funcionais, explicando a preferência por seu papel na reprodução de um sistema ⁽⁶⁾ mas sim, sua operação. Não é o sistema de crenças que explica a conduta individual, mas, ao contrário, são os interesses e as preferências dos indivíduos que determinam seu modo de agir e, inclusive, sua adesão ou não a um sistema de crenças.

Em suma, o individualismo metodológico questiona não apenas o marxismo, mas "... tudo o que se costumava chamar de ciência política, sociologia, antropologia e psicologia social" (PRZEWORSKI, 1988, p. 5). O que o individualismo metodológico contesta é a existência de um significado latente, oculto por trás dos fenômenos sociais e que à ciência caberia desvendar. Os indivíduos não são personificações de relações sociais, como em Marx ⁽⁷⁾ e não há interesse em se procurar "*além das intenções explícitas [de quem age] o sistema dos esquemas de percepção, de pensamento e de apreciação comum a todo um grupo*" (BOURDIEU, 1965, p. 24). As preferências individuais, que Bourdieu, neste estudo exemplar sobre a prática popular da fotografia na França, chama de "intenções explícitas", são irreduzíveis. É vã a busca de uma essência que lhes seja subjacente e que explique sua existência. O significado da ação está na sua presença, ela não representa, não simboliza, não transfigura nada senão o desígnio de quem a empreendeu.

Chega a ser um truísmo afirmar que é no viveiro das dificuldades enfrentadas pelo conjunto das ciências sociais que o individualismo metodológico vicejou. Hábeis e elegantes na exposição coerente de estruturas, as ciências sociais encontram dificuldades imensas em compatibilizar os modelos com a ação. Que se trate da transformação dos valores em preços ou do comportamento concreto da classe operária nos países capitalistas (para ficarmos só no exemplo de Marx), os fatos parecem teimosamente resistir às grandes teorias, exigindo destas a formulação de mediações cada vez mais complexas e que, no final das contas, quase as desfiguram, num processo que lembra bastante a crise de paradigmas descrita por Kuhn (1987).

A solução oferecida pelo individualismo metodológico ao dilema contemporâneo da compreensão do significado da ação social não poderíamos deixar de assinalá-lo, ainda que o objetivo deste trabalho não seja

(6) "A função de uma atividade qualquer reside no papel que ela joga na vida social como um todo e, portanto, na sua contribuição à manutenção da continuidade estrutural" (RADCLIFFE BROWN, *apud*, MENGET (1968).

(7) Os capitalistas, para ELSTER (1986, p. 13), são ... agentes no sentido genuinamente ativo. Eles não podem ser reduzidos a simples place-holders no sistema capitalista de produção".

o estudo crítico, mas antes a exposição destas diferentes escolas - é cética. Renuncia-se ao problema e proclama-se à moda kantiana que é fútil ao pensamento procurar a essência das coisas. A ciência social deixa por aí de ser uma atividade interpretativa. A vida social do individualismo metodológico compõe-se exclusivamente de microfundamentos. Não há totalidade superior e ascendente sobre as partes. Recusa-se a ontologia social, rejeita-se, para o campo estéril da metafísica, qualquer "*pressuposto substantivo sobre a natureza humana*" (ELSTER, 1986, p. 6) e transforma-se a ciência numa atividade baseada em "*considerações puramente metodológicas*" (*idem*, p. 6). O conhecimento social nada mais é que o estudo da agregação contraditória das intenções individuais, de suas possibilidades objetivas e das diferentes estratégias para sua realização. Se a ação consiste na tentativa de alcançar certos objetivos com base em determinadas condições, a ciência será, então, o estudo das possibilidades lógicas que se oferecem ao ator e, por aí, estará explicado o fato social. Essa é a razão pela qual a matemática, a estatística, a lógica e, sobretudo, a teoria dos jogos tornam-se os instrumentos analíticos básicos do individualismo metodológico.

2.2- O Camponês Moral contra o Camponês Racional

Apesar de suas evidentes deficiências filosóficas e do fato de que a teoria dos jogos "*não tem nada a dizer a respeito da história*" (PRZEWORSKI, 1988, p. 5), não há dúvida de que ela desafia, de maneira instigante, os padrões explicativos dominantes nas ciências sociais, mesmo se "*a crítica acarretada pelo individualismo metodológico é ... mais marcante do que as explicações alternativas baseadas no postulado da escolha racional*" (*idem*, p. 22). Exemplo desta aguda capacidade crítica pode ser encontrada no estudo de Popkin (1980). Mesmo os autores que, como Cummings (1981) e Paige (1983), não hesitam em filiá-lo a uma corrente conservadora do pensamento social norte-americano, reconhecem a importância de seu trabalho e o caráter demolidor de suas críticas a Scott.

Para provar o fraco poder explicativo das normas sociais quanto à conduta dos indivíduos, Popkin mostra que o cálculo camponês não tem uma lógica puramente defensiva, baseada em estratégias anti-risco e onde a solidariedade social contaria mais que a ascensão individual. Se essa idéia da economia moral fosse verdadeira, é claro que o camponês, apoiado na segurança oferecida pelas obrigações de reciprocidade, rejeitaria a busca de melhoria em seu padrão de vida e a realização de investimentos não só pelos riscos aí embutidos, mas pela ameaça aí contida às relações clientelísticas de dominação. Mas o que Popkin encontra em seu estudo é bem diferente. É um camponês que calcula, em termos de custo/benefício, o conjunto de suas ações. Trata-se, primeiramente, de um camponês que investe e que não

deposita suas esperanças no sentido alheio de justiça e em seu cumprimento pela reciprocidade. Melhor dizendo, o camponês monta uma estratégia na qual, a partir de seus interesses individuais, ele escolhe racionalmente as ocasiões em que investirá na comunidade ou na sua propriedade: *"os camponeses planejam e investem incessantemente, tanto no ciclo produtivo como no de suas próprias vidas e atribuem grande prioridade aos investimentos para a velhice. Além de decidir entre investimentos de curto e longo prazo, eles escolhem também, no curto e no longo prazo entre investimentos públicos e privados. Os camponeses, por um lado, decidem se vão investir em crianças, animais, terra e outros bens familiares ou individuais ou, por outro lado, se vão gastar seus excedentes através do village, em programas de seguro ou bem estar ou em melhoramento no village"* (POPKIN, 1980, p. 423). As crianças funcionam como uma espécie de seguro para a velhice, o que mostra que não é com o *village*, mas sim, com a família, que se vai contar em momentos de precisão. Além disso, é comum que as famílias enviem seus filhos mais jovens para outros países fronteiriços em busca de "enriquecimentos" (*idem*, p. 424), o que também coloca em questão a capacidade de autopreservação que os economistas morais vêem no mundo rural tradicional. Através destes exemplos, Popkin pretende demonstrar que *"os camponeses vão apoiar-se em investimentos familiares privados para sua segurança a longo prazo e que eles terão interesse, a curto prazo, em obter ganhos vis-à-vis do 'village'".* Eles vão tentar aumentar sua segurança a longo prazo movendo-se para uma posição de maior renda e menor variabilidade (o que significa normalmente tentar passar de trabalhador a *tenant*, a pequeno proprietário, a grande proprietário). O conflito econômico para alcançar posições mais seguras é, portanto, inevitável no interior do *village* (*idem*, p. 426).

Portanto, onde Scott vê solidariedade, Popkin enxerga um processo de estratificação ⁽⁸⁾, provocado não pela influência de fatores externos - como o colonialismo, por exemplo - mas pela própria dinâmica interior do *village*. Onde Scott reconhece normas interiorizadas regendo uma conduta de solidariedade, Popkin encontra indivíduos competindo em busca de ascensão social.

E, por aí, Popkin chega a um dos maiores desafios que o individualismo metodológico coloca às ciências sociais: o problema do interesse individual na ação coletiva. No estudo de Scott e esse é um traço presente no trabalho de

(8) *"Os procedimentos do village não nivelam, mas reforçam as diferenças e tanto estes procedimentos como as relações entre camponeses e senhores geram estratificação no interior do campesinato"* (POPKIN, 1980, p. 422). É curioso observar que o trabalho inspirado no individualismo metodológico chega a conclusões muito semelhantes às dos marxistas, quando estudam o mundo agrário. A ênfase estará na diferenciação social camponesa, que constituiu a preocupação básica dos estudos de Lênin sobre a agricultura. Já Scott situa-se muito mais próximo dos populistas russos que realçavam, sobretudo, a coesão, a identidade do universo camponês.

Wolf (1969) e de Barrington Moore Júnior (1973) a ação coletiva e, particularmente, os movimentos revolucionários, originam-se na quebra de padrões solidariamente partilhados, gerando um desejo social restaurador de natureza altamente contestadora. Se o capitalismo é visto por Wolf como sistema cultural, é exatamente por sua capacidade de mudar o sentido, o significado dos elementos básicos do sistema produtivo, como a terra e o trabalho. Mais que provocar uma perda material, a transformação capitalista de uma sociedade rompe o tecido de valores comungados e lança por aí as bases da revolta.

Popkin, por seu lado, coloca esta questão a partir do dilema do carona (*free rider*): *"muitos projetos coletivos (p. ex. lei e ordem, luta contra incêndio, perseguição de ladrões) beneficiam o indivíduo que deles participe ou não"* (*idem*, p. 427). Portanto, com base na idéia de que ação é movida por preferências, a participação só pode ser explicada por um cálculo em termos de custo/benefício e não por um sentimento de identidade coletiva. O cálculo em questão não é específico a uma categoria social dada e não é à toa que Popkin nem cita um autor clássico no estudo do cálculo camponês, utilizado também largamente por antropólogos, como Alexander Chayanov. É que o cálculo, no individualismo metodológico, é a expressão da racionalidade da ação diante de condições dadas. Examinadas essas condições frente às aspirações dos agentes, haverá uma série de possibilidades lógicas em torno das quais vai girar o comportamento real. No nosso caso, *"avaliando sua contribuição [a uma ação coletiva] um camponês levará em conta uma série de fatores relacionados aos custos e aos benefícios: 1) gasto de recursos - se um camponês participa de uma ação coletiva, ele precisa gastar alguns recursos valiosos. Além do que, ele pode ser punido por sua participação se a ação (como uma rebelião) falha. 2) Recompensa positiva - o valor dos benefícios diretos e indiretos. 3) Probabilidade de que a ação conduza a recompensa (eficiência) - a efetividade de uma contribuição depende de sua contribuição marginal para o sucesso do empreendimento. Isso, por sua vez, depende de outras ações agregadas, se elas colocam o empreendimento suficientemente perto do sucesso para tornar sua contribuição valiosa. 4) Confiança e viabilidade da liderança - o sucesso definitivo de um empreendimento depende frequentemente não apenas do volume de recursos mobilizados, mas da habilidade da liderança com a qual estão mobilizados"* (*idem*, p. 427).

Como se vê, não há nada de especificamente camponês neste cálculo. Se o comportamento social baseia-se na particularidade das situações individuais, é exclusivamente no sentido de que a relação custo/benefício coloca-se de forma diferente em cada situação. O trabalho científico consiste, fundamentalmente, em detectar as condições nas quais indivíduos, movidos por preferências, vão realizá-las por meio da ação que poderá ser coletiva,

mas cujo móvel é sempre individual e, como vimos, irreduzível. Revoluções, revoltas, associações e, de forma geral, a ação coletiva fundamentam-se, portanto, menos em sentimentos comuns que em interesses individuais. A adesão ou não a um movimento revolucionário ou a uma luta sindical vai exprimir o cálculo sobre a oportunidade que a ação coletiva oferece de realizar a preferência individual. Decifrar este cálculo - seja qual for seu substrato moral ou ideológico - é a única tarefa fértil que a ciência tem pela frente ⁽⁹⁾

A partir destas premissas, não é de se estranhar que, aplicado ao campesinato, o individualismo metodológico tenha do capitalismo visão menos trágica que a economia moral. O desenvolvimento dos mercados permite, para o individualismo metodológico, que os camponeses realizem o desejo de mudar de padrão de consumo. Já para a economia moral, o camponês busca uma renda que lhe permita alcançar "... *necessidades culturalmente definidas ou cumprir obrigações sociais e cerimoniais. Quando alcançam este nível não se interessam mais por aumentar a produção ou adquirir novos bens não disponíveis no interior do "village"* (POPKIN, 1980, p. 452). Esta é também a posição de Bourdieu, quando fala de um *ethos* como norma da interiorização das condutas (BOURDIEU, 1965, p. 24). Para Popkin, a noção de que o camponês luta apenas por um padrão de consumo predeterminado por normas convencionais, por uma "renda alvo" (*target income*), só pode resultar numa subestimação de seu papel potencial no desenvolvimento econômico. Ao transformar em mito a idéia da solidariedade do *village*, Popkin abre o caminho para demonstrar que o mercado não tem necessariamente um papel corrosivo e destrutivo para os camponeses. Ao contrário, ele representa a possibilidade de que o agricultor encontre caminhos alternativos para sua sobrevivência que não o de sua sujeição clientelística. As forças e os agentes exteriores podem favorecer os mais pobres e possibilitar a quebra dos vínculos corporativos representados pelo laços tradicionais de clientela, exaltados como fornecedores de um equilíbrio que garante uma subsistência mínima aos camponeses pela economia moral. "*A extensão da autoridade estatal e a expansão dos mercados podem beneficiar os camponeses sem terra porque a expansão da mobilidade do trabalho quebra algumas coerções usadas contra eles pelos camponeses que controlam a terra*" (*idem*, p. 434).

Nesse sentido, a solidariedade social, de fator de segurança em Scott, converte-se em bloqueio ao desenvolvimento em Popkin. Exemplo disso é o que ocorre com as terras comunais, elemento básico de estabilidade do *village* tradicional para a economia moral e obstáculo ao progresso técnico segundo o individualismo metodológico. "*No Vietnã, as terras comuns eram geralmente menos produtivas porque os camponeses não queriam 'botar à mesa um*

(9) "*Relações, números, probabilidades, conflito, escolha: esta é a matéria da qual as sociedades são feitas e é sobre isso que versam as ciências sociais*" (ELSTER, 1978, p. 1).

banquete que seria comido por outros'. De forma geral, o desenvolvimento de técnicas agrícolas e os investimentos ('empurrados' pelo crescimento populacional ou 'puxados' pelas oportunidades de mercado) de longo ciclo, como café, conduzem a uma situação de facto privada, de não rotação de terras. Por causa dos problemas da coordenação da tomada comum de decisões, a terra privada é mais produtiva e geralmente pode sustentar uma população maior e num nível melhor que as terras comunais" (idem, p. 455).

Em suma, a partir da busca de preferências e da razão custo/benefício o camponês de Popkin emancipa-se da ética que em Scott transforma-o na expressão mesmo do mundo tradicional.

3- A Interpretação do Comportamento Camponês

Não é fácil o balanço desta discussão, dado o valor desigual dos contendores em disputa. Se o que está em questão neste debate são dois padrões de trabalho sociológico a polémica entre "... as visões psicossociológicas do comportamento enquanto execução de normas internalizadas e a visão do comportamento como ação intencional e estratégica" (PRZEWORSKI, 1988, p. 7)- forçoso é reconhecer que Popkin é bem mais convincente que seu adversário. É evidente a visão idealizada oferecida por Scott do mundo camponês, solidário, imóvel, que somente se transforma sob o impacto deletério de forças externas. Sua associação entre miséria e ética é simplista e ingênua e, sobretudo, nela não há qualquer lugar para a ação do sujeito: o conhecimento da moral camponesa é puramente dedutivo. Ele não cumpre o requisito básico de qualquer fenomenologia, que é o estudo real da consciência. Ele substitui este estudo por uma assertiva *a priori* da sujeição como existente e, portanto, como fundamentada na miséria e na necessidade de segurança para enfrentá-la. Não há qualquer trabalho empírico em todo o livro sobre a norma internalizada. Tudo se passa, em Scott, como se a miséria absoluta, em condições de dominação oligárquica, fosse um fator universalmente gerador da ética da subsistência. Neste sentido, o camponês moral de Scott é tão anistórico quanto o camponês racional de Popkin.

A rápida exposição que faremos a seguir não exprime propriamente uma terceira posição nesta polaridade entre economia moral e individualismo metodológico, mas apenas outra forma de se trabalhar com a idéia de interiorização de normas, presente no trabalho de Scott, mas de maneira insatisfatória. Inúmeros antropólogos, com efeito, **a partir de seus trabalhos de campo**, conseguem enxergar a ação como expressão de significados subjacentes: *"da mesma forma que a América do Norte se revela num campo de beisebol, num campo de golfe, numa pista de corridas ou em torno de uma mesa de pôquer, grande parte de Bali se revela numa rinha de galos. É*

apenas na aparência que os galos brigam ali - na verdade são os homens que se defrontam" (GEERTZ, 1978, p. 283). A norma se esconde e se revela na conduta. Mas, diferentemente do procedimento adotado por Scott, o ponto de partida é a conduta. Scott não realiza a fenomenologia por ele preconizada: é dele e não do camponês a associação que leva da miséria à ética da subsistência.

A antropologia é, talvez, nas ciências sociais a disciplina que mais claramente assume a idéia da ação como expressão de normas internalizadas não é à-toa seu crescente parentesco com a psicanálise ⁽¹⁰⁾ Na antropologia, o trabalho científico é de caráter hermenêutico. A interpretação, entretanto, lança-se sobre as mais variadas formas de texto: o cotidiano, as palavras, as atitudes, a disposição do espaço, a distribuição do tempo, a relação entre o pesquisador e seu interlocutor, todos esses fatores são caminhos pelos quais se alcança a essência do fenômeno social. Esta é, portanto, sempre surpreendente, imprevista. Sua única regra é de que é possível encontrar uma ordem nos diversos elementos que compõem a vida cotidiana e nessa ordem estruturada é que cada elemento isoladamente toma sentido. As categorias, portanto, não são objetivas. O contexto define a noção. Em seu estudo sobre pequenos produtores na Zona da Mata de Pernambuco, Heredia (1977, p. 26) encontrou no termo **trabalho** a chave para compreender como se estruturavam as relações no interior da família. "*Nem todas as atividades aparecem como trabalho ...*", o que revela uma **norma subjacente** não só à hierarquização do dispêndio de esforço familiar (quem faz o quê, quem manda, quem obedece), como também, à apropriação do produto (quem fica com o quê)" No mesmo sentido, Garcia Júnior (1983) percebeu que as tarefas femininas não eram consideradas **trabalho**. O que define uma categoria é o seu uso. Aqui se aplica claramente a idéia hermenêutica de "palavra evento" (PALMER, 1986, p. 29). "*Podemos dizer que um objeto não tem sentido fora de uma relação com alguém e que a relação determina o significado*" (*idem*, p. 34).

Mais que isso, essa relação é regida por normas que nem sempre estão expressas nas preferências (para usarmos o termos do individualismo metodológico) do ator. Garcia Júnior (1983), p. 18), apoiado em Godelier, teoriza a respeito, dizendo ser preciso distinguir "*... as regras de um sistema das leis de um sistema, e a racionalidade intencional dos agentes da racionalidade inintencional do sistema. É através dessas regras que os agentes se inserem em suas práticas sociais, como pensam e vivem sua*

(10) No *Vocabulário da Psicanálise*, LAPLANCHE & PONTALIS (1970) definem conteúdo latente como o "*conjunto de significações ao qual chega a análise de uma produção do inconsciente, singularmente do sonho. Uma vez decifrado, o sonho não aparece mais como um 'récit' de imagens mas como uma organização de pensamentos, um discurso, exprimindo um ou muitos desejos*".

existência. Repertoriá-las e observar os comportamentos para que apontam é condição necessária para apreender as leis do sistema em que estes agentes estão inseridos. Regras e leis não se confundem, e o processo analítico é um momento necessário na passagem de uma às outras, porém, o conhecimento analítico não pode prescindir do conhecimento das regras. Quando o faz, cai numa racionalidade formal, que expressa mais o lugar do pesquisador do que do agente pesquisado".

Seria alongar excessivamente este trabalho expor a aplicação destes princípios aos estudos concretos sobre o mundo rural brasileiro, testando seu alcance e seus limites a partir de seu uso. O que procuramos assinalar, por esta rápida exposição, foi simplesmente modos mais sofisticados que o de Scott de se trabalhar com a importância de padrões éticos na determinação do comportamento, onde o mundo cotidiano é, de maneira bastante convincente, a chave pela qual se ingressa no universo escondido das relações sociais.

Acreditamos estar, então, diante de dois paradigmas da ação social: por um lado, o indivíduo racional, confrontado com o sujeito que executa normas coletivas sobre as quais não têm o menor controle.

4- Rápido Balanço

É evidente a tendência atual das ciências sociais em valorizar a esfera da subjetividade como fator importante na explicação da relação entre os homens. Pesquisa participativa, histórias de vida, apreensão do ponto de vista dos agentes sociais ⁽¹¹⁾, são expressões da crise do **objetivismo científico**, da insatisfação em se trabalhar com categorias definidas de antemão e aplicadas à realidade pelo pesquisador ⁽¹²⁾. Mais que isso, exprimem a dificuldade de os grandes sistemas explicativos fornecerem base sólida para a compreensão da ação. É provavelmente daí que decorre a notável valorização do trabalho monográfico, do estudo de caso e da etnografia, como se aquilo que a grande ciência mostra-se incapaz de oferecer pudesse ser parcialmente alcançado pelo caminho do conhecimento aplicado, localizado e certamente heterodoxo quanto a suas bases teóricas e metodológicas.

No caso do campesinato, essa dificuldade é tanto maior que nunca as grandes teorias (a marxista ou a neoclássica, por exemplo) conseguiram explicar satisfatoriamente as razões pelas quais ele se desenvolve em tantas sociedades capitalistas e as leis de seu desenvolvimento. Foi, aliás, numa sociedade camponesa e a partir de intelectuais ligados organicamente ao

(11) É interessante o artigo no qual QUEIROZ (1977) fala do reaparecimento do "relato" e da "história oral".

(12) O objetivismo ignora "... as lutas simbólicas de que os diferentes campos são o sítio, onde o que está em questão é a representação do mundo social e em particular a hierarquia no interior de cada um dos campos e entre os diferentes campos (BOURDIEU, 1985).

campesinato, que apareceram as primeiras teorizações sobre o cálculo econômico camponês, baseado na idéia de que era preciso e possível elaborar categorias específicas que retratassem este comportamento.

Esta é a natureza da preocupação dos autores com que aqui trabalhamos: compreender a natureza do comportamento camponês. O individualismo metodológico é, sem dúvida, atraente, não só, como vimos, pela força de sua crítica, mas sobretudo porque é perfeitamente verossímil que o camponês, mais do que, por exemplo, o operário, pautar sua conduta - na qualidade de pequeno produtor mercantil independente - pelo ganho individual e familiar. Minha impressão, inclusive, é que quanto mais desenvolvida estiver a integração do campesinato ao desenvolvimento capitalista, maiores serão as possibilidades de explicar elementos importantes de sua conduta a partir dos procedimentos do individualismo metodológico. Restam, entretanto, quanto à doutrina da escolha racional, três problemas:

- a) É nítido o caráter apologético desta doutrina quanto às virtudes do desenvolvimento capitalista e da economia de mercado. Popkin não fornece qualquer demonstração convincente em seu trabalho de que o colonialismo tenha realmente trazido melhorias aos segmentos mais pobres da população. Ele não discute o fato óbvio e recorrente em qualquer sociedade em vias de industrialização de que as novas oportunidades de trabalho costumam não ser suficientes nem estáveis para fornecer ocupação produtiva às populações que perdem a terra. Ele descarta com uma "canetada" um dos problemas mais sérios vividos pelo desenvolvimento econômico e que se expressa na vinculação, em inúmeros países do Terceiro Mundo, entre desenvolvimento do capitalismo na agricultura, êxodo rural, inchaço e degradação das condições de vida urbana. Nem os economistas clássicos acreditavam tão cegamente nas virtudes do mercado e no poder de os indivíduos nele alcançar a realização de suas preferências.
- b) O racionalismo da ação, em Popkin, chega ao ponto de ele enxergar até no sistema feudal a busca pela maximização dos interesses individuais. Ao invés de encarar a passagem para o individualismo agrário como sinal de uma mudança econômica e social decisiva, como faz Marc Bloch (1968), ele vê no servo medieval, em que pese a coerção do sistema coletivo em que vivia, alguém procurando satisfazer suas preferências. O temor da explicação de natureza funcionalista impede que se perceba a obviedade de que as estruturas sociais interferem no comportamento dos indivíduos e que, portanto, não pode ser universal, anistórica a explicação da ação individual e coletiva.
- c) É pela mesma razão que a subjetividade está ausente da doutrina da escolha racional. Ou a preferência é dada e trabalha-se sobre suas possibilidades de realização, ou então deve-se iniciar pela questão da formação das preferências, o que envolverá, necessariamente, fatores

explicativos repudiados pelo individualismo metodológico e colocará em questão a lógica que transforma o indivíduo num ser de maximização de preferências. Mas se fizesse isso, o individualismo metodológico viria abaixo e seria obrigado a compartilhar a angústia que atinge o conjunto das ciências sociais e da qual ele pretende ter escapado.

Os autores que se concentram no estudo do significado da ação encontram pela frente um caminho mais fértil, embora mais complicado.

- 1) O que é precisamente significado? Toda conduta humana pode ser explicada pela interiorização de normas? Para ilustrarmos a dificuldade destas questões, no nosso campo de trabalho, basta observar que, embora Garcia Júnior e Heredia declarem, na introdução de seus trabalhos, se inspirarem em Chayanov, este absolutamente não trabalha com a dimensão simbólica da ação. O que Chayanov tenta é formular leis científicas que expliquem o funcionamento da unidade de produção familiar. Para isso, ele recorre a um modelo, utiliza abstrações, define conceitos. Ora, a antropologia econômica (que é um dos ramos mais férteis entre os que procuram estudar o funcionamento econômico do campesinato), à medida que esteja sempre em busca da dimensão simbólica da ação, deverá enfrentar a seguinte alternativa: ou ela busca os fatores universais que determinam e, em última análise, explicam a vida simbólica, ou ela estuda a organização da vida cotidiana tentando sistematizá-la e fornecendo princípios explicativos que variam caso a caso. No primeiro caso, está a proposta de Maurice Godelier (1977) e o seu elogio ao que ele chama de "ecologia cultural", onde se sublinha a *"necessidade e a urgência de se estudar cuidadosamente as bases materiais das sociedades e de reinterpretar todas as culturas humanas encarando-as como processos específicos de adaptação a meios ambientes determinados"* (p. 92). Aqui, nitidamente, ao se buscar o significado de um cerimonial ou de uma atitude qualquer, o desafio estará em encontrar as razões **materiais** que estão na sua raiz. No segundo caso, dificilmente vai-se escapar daquilo que o próprio Godelier chama de empirismo culturalista. Explicar, portanto, não é apenas encontrar leis que permitam uma exposição ordenada da organização do cotidiano. É compatibilizar estas leis com um princípio geral de determinação que, se não for universal, tem que responder à seguinte questão: como escapar do empirismo e do culturalismo. E a universalidade, no caso, só pode vir de uma idéia de **hierarquia** na organização dos fenômenos estudados: determinação dos fatores econômicos, por exemplo.
- 2) Uma outra forma de se colocar a mesma questão está na pergunta: quem detém a chave que abre o caminho ao significado? Se é o pesquisador, então é fundamental que seja explicitada de antemão a natureza desta chave, que portas ela pode abrir: mais uma vez, o

cotidiano não é auto-evidente e sua leitura supõe premissas ontológicas, teóricas, metodológicas, técnicas prévias. Por mais que o significado se revele no cotidiano, esta revelação passa pela atitude ativa, interpretativa do pesquisador ⁽¹³⁾. A questão aqui é: faz sentido insurgir-se contra o objetivismo científico e, ao mesmo tempo, conservar ativo o papel do intérprete, do cientista? É possível conceber esse papel como o de um puro mensageiro - à maneira heideggeriana - das próprias coisas?

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, FFLCH-USP, 1981.
- BARRINGTON MOORE JR. *Los orígenes sociales de la dictadura y de la democracia*. Barcelona, Ed. Península, 1973.
- BLOCH, M. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris, Armand Colin, 1968.
- BOURDIEU, P. *Un art moyen - essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris, Les Ed de Minuit, 1965.
- _____. The social space and the genesis of groups. *Theory and Society*, 14 (6):723-744, 1985.
- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 4ª ed., 1977.
- CUMMINGS, B. Interest and ideology in the study of agrarian politics. *Theory and Society*, 10 (4):467-495, 1981.
- ELSTER, J. *Making sense of Marx*. Nova Iorque e Paris, Cambridge University Press e Maison des Sciences de l'Homme, 2ª ed., 1986.
- _____. *Logic and society - contradictions and possible worlds*. John Willey & Sons Chichester, Nova Iorque, Brisbane, Toronto, 1978.
- GARCIA, A. R. *Terra de trabalho trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 1983.
- GEERTZ, C. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balineses. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GODELIER, M. *Horizon, trajets marxistas en anthropologie*. Paris, Maspero, 1977.
- HEREDIA, M. B. A. *A morada da vida*. São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1987.
- LAPLANCHE & PONTALIS. *Vocabulaire de la Psychanalyse*. Paris, PUF, 1970.
- LIPTON, M. The theory of optimising peasant. *The Journal of Development Studies*, 4 (3):327-351, 1968.
- MENGET, P. *Fonction et fonctionnalisme*. Verbete da Enciclopédia Universalis, Paris, 1968.
- MONTEIRO, D. T. *Os errantes do novo século*. São Paulo, Duas Cidades, 1974.

(13) Essa é, em grande parte, a preocupação expressa no artigo de OLIVEIRA (1987).

- OLIVEIRA, R. C. A categoria de (des)ordem e a pós-modernidade da antropologia. In: OLIVEIRA, R. C. (org.), *Pós-modernidade*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1987.
- OLSOM JR., M. *The logic of collective action public goods and the theory of groups*. New York, Schocken Books, 1971.
- PAIGE, J. M. Social theory and peasant revolution in Vietnam and Guatemala. *Theory and Society*, 12 (6):699-737, 1983.
- _____. *Agrarian revolution*. New York, The Free Press, 1975.
- PALMER, R. *Hermenêutica*. Lisboa, Ed. Setenta, 1985.
- PERRY, E. *Rebels and revolutionaries in North China, 1845-1945*. Stanford, Stanford University Press, 1980.
- POPKIN, S. The rational peasant - the political economy of peasant society. *Theory and Society*, 9 (3):411-472, 1979.
- PRZEWORSKI, A. Marxismo e escolha racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3 (6):5-25, 1988.
- QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível" *Ciência e Cultura*, 39 (3):272-286, 1987.
- SCOTT, J. C. *The moral economy of the peasant rebellion and subsistence in Southeast Asia*, 1976.
- SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. *Estudos CEBRAP*, 26:41-80, 1980.
- SKOCPOL, T. *States and social revolution*. New York, Cambridge University Press, 1975.
- TAWNEY, R. H. *Land and labor in China*. Boston, Beacon Press, *apud* SCOTT, 1976.
- TILLY, C. *From mobilization to revolution*. Adison - Wesley - Reading, 1978.
- WOLF, E. R. *Peasant wars of the twentieth century*. New York, Harper Torchbooks, 1969.

(Originais recebidos em novembro de 1989. Revistos pelo autor em julho de 1990).